AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SEUS REBATIMENTOS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Liliane Gomes de Abrantes Andrade[1]

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar as transformações societárias e seus rebatimentos no âmbito da política de educação superior brasileira. Para tanto, discutimos o contexto de crise estrutural do capital, emergido a partir dos anos de 1970, em razão da derrocada dos chamados anos gloriosos, situando a reconfiguração do Estado enquanto delineamento da ofensiva neoliberal. Além disso, apresentamos as particularidades desse processo no Brasil e seus impactos no âmbito das políticas sociais, dando enfoque a contrarreforma operada na Política de Educação Superior, orientada pelos organismos multilaterais.

Palavras-chave: Crise do capital. Neoliberalismo. Contrarreforma da Educação superior.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the societal transformations and their repercussions in the scope of the Brazilian higher education policy. Therefore, we discuss the context of the structural crisis of capital, which emerged from the 1970 onwards, due to the collapse of the so-called glorious years, placing the reconfiguration of the State as the outline of the neoliberal offensive. In addition, we present the particularities of this process in Brazil and its impacts on social policies, focusing on the counter-reform operated in the Higher Education Policy, guided by multilateral organizations.

Keywords: Capital crisis. Neoliberalism. Higher Education Counter-Reform.

[1] Atualmente mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, especialista em Políticas públicas e trabalho profissional pela UFCG. gomesufcg@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações sociais e econômicas emergidas a partir dos anos de 1970 e seus efeitos deletérios na política de educação superior brasileira.

Inicialmente, sinalizamos o contexto sócio-histórico marcado pelo segundo pós-guerra, dando enfoque aos chamados “anos dourados” vivenciados pelo capital, sob a égide do pacto fordista-keynesiano. Em seguida abordamos a crise estrutural do capital, destacando a ofensiva neoliberal como saída para a crise econômica, situando seus diversos desdobramentos para o mundo do trabalho e para as políticas públicas.

Na sequência, discutimos o processo de precarização da educação brasileira, dando ênfase à contrarreforma operacionalizada no âmbito da educação superior, destacando alguns elementos: a privatização das IES públicas, a explosão do setor privado na oferta de cursos de nível superior e a criação de cursos na modalidade à distância.

Com o intuito de compreender as múltiplas determinações desse processo, pautamos nossa análise na perspectiva da totalidade inscrita no materialismo histórico dialético de Marx, por compreender que este proporciona ao pesquisador uma apreensão concreta da realidade concreta, na medida que possibilita a ultrapassagem de análises superficiais e imediatas, calcadas na leitura do aparente.

2 A RESPOSTA DO CAPITAL À CRISE E SEUS REFLEXOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS

O desenvolvimento da educação superior brasileira está intrinsecamente relacionado às relações de cunho econômico-político e ideo-culturais estabelecidas historicamente em nossa formação econômico-social (LIMA; PEREIRA, 2009). Daí reside à necessidade de compreendermos as transformações econômicas, políticas e sociais desencadeadas a partir da segunda guerra mundial como fios condutores e essenciais para apreensão das metamorfoses executadas na política de educação superior no Brasil. Para tanto, partiremos do século XX, mais precisamente do período

pós-45, lapso temporal em que se vivenciou a efetivação do estágio monopolista do capital, marcado pela acirrada luta de classes e pela passagem de um Estado estrito para um Estado ampliado (PEREIRA, 2009).

Trata-se de um Estado de bem-estar social ou *Welfare State*, aos modos da economia norte-americana que, segundo Antunes (2009, p. 40) “oferece a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado”.

Segundo Behring (2009), é característico do modelo de Estado de bem-estar social a intervenção da esfera estatal em vários âmbitos sociais, isto é, na promoção de políticas expansivas, na garantia de serviços públicos, na redistribuição de renda por meio das prestações sociais na forma de direitos entre outros, na tentativa de assegurar a rentabilidade do capital, calcado no padrão de acumulação taylorista-fordista.

Segundo Antunes (2009), o binômio fordismo/taylorismo se expressa na produção em massa de mercadorias, na fragmentação e decomposição de tarefas, o que reduzia a atividade laboral do operário a um conjunto de atividades repetitivas, tornando o homem um apêndice da máquina. Ademais, as atividades laborais eram racionalizadas, com fins de combater o desperdício de tempo e, consequentemente, aumentar o ritmo de trabalho e intensificar a exploração do trabalhador.

O capital tem na linha de produção e no modelo de Estado supracitados a causa dos “anos dourados”, trata-se de uma onda longa de expansão econômica, na qual a taxa de lucro se mostrou em níveis favoráveis à acumulação do capital (NETTO; BRAZ, 2012).

Contudo, a onda longa expansiva do capital, iniciada no final da década de 1940, apresentou sinais de exaustão no final da década de 1960 e início dos anos de 1970 (ANTUNES, 2009), culminando na eclosão da crise do capital cujos traços foram: o ressurgimento das ofensivas capitalistas para o mundo do trabalho, a queda da taxa de lucro dada pelo aumento do preço da força de trabalho conquistado no período pós-45, a saturação do regime de produção taylorista/fordista em detrimento da queda do consumo, bem como a hipertrofia da esfera financeira que adquiria relativa

autonomia frente aos capitais produtivos e, por fim, a crise do *Welfare State*. Esse conjunto de fatores acarretaram a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de conter os gastos públicos abrindo as porteiras para inserção do setor privado.

Submerso em uma crise mundial de caráter estrutural, o capital associado ao Estado tentam driblar o colapso, operando um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, com fins de reestruturar-se a partir da retomada das taxas de lucro. Tal movimento, requeria o rompimento com o modelo fordista-keynesiano e a adoção de novas formas de acumulação flexibilizada, isto é, o toyotismo, este emerge associado ao projeto neoliberal e se mantêm em vigência até os dias que decorrem (ANTUNES, 2009).

O projeto econômico neoliberal possui um acervo de propostas de caráter político e econômico, seu maior interesse se pauta na não intervenção da esfera estatal pública nos assuntos econômicos e mercantilistas. A ideologia neoliberal prima pela liberalização dos mercados, pela privatização das políticas públicas, pela anulação do Estado enquanto regulador social frente às diversas esferas da vida, posto que, sua ausência na promoção de políticas públicas, sob o argumento da incapacidade de provê-las, implica na inserção do setor privado para oferta destes serviços.

Segundo Montaño e Duriguetto (2011, p. 192-193) “o neoliberalismo sustenta-se em três pilares fundamentais: a ofensiva contra o trabalho e suas formas de organização e luta, a reestruturação produtiva e a contrarreforma do Estado”. Por um lado, trata-se de um conjunto de soluções articuladas como resposta à crise do capital, por outro, uma ofensiva ao mundo do trabalho, agora sob o comando do capital financeiro.

No que se refere ao primeiro pilar, uma das medidas adotadas pelo capital contra o trabalho se refere ao enfraquecimento das organizações sindicais e trabalhistas, seja negando-se a negociar com os operários em estado de greve, seja reprimindo as diversas formas de luta dos trabalhadores. Outra medida, refere-se ao desprestígio das lutas e organizações da classe subalterna perante a sociedade (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

O segundo pilar que dá base ao neoliberalismo é a reestruturação produtiva, a qual se expressa na redução dos custos empresariais, na flexibilização do trabalho e na eliminação da rigidez das regulações trabalhistas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

As relações de trabalho e as fábricas propriamente ditas são reconfiguradas, já que as firmas, nos termos de Montaño e Duriguetto (2009) são “enxugadas” via internacionalização de áreas em articulação com empresas subcontratadas, terceirizando o trabalho e, consequentemente, alterando a relação salarial, permitindo ao capital dispor de mão de obra em consonância com seus interesses e necessidades.

O terceiro e último pilar, a contrarreforma do Estado, operacionalizada nos marcos do regime neoliberal, emerge da necessidade do sistema capitalista liberalizar os mercados. Nesse sentido, a reforma imposta à esfera estatal não é um ajuste administrativo/institucional positivo, nem tampouco se trata de uma crise fiscal. A reforma, sobre a qual discutimos está ligada à política neoliberal, que objetiva reformular o papel do Estado, com fins de retomar o padrão de acumulação do capital em todas as suas faces e impor à sociedade o projeto neoliberal, garantindo, dentre outros aspectos, o Superávit primário (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Assim, ao invés de um processo de reforma estatal, vivencia-se um processo de contrarreforma do Estado, já que a sonegação dos direitos trabalhistas e o esvaziamento das conquistas sociais adquiridas no Estado de bem-estar social aparecem como uma das principais pautas.

Para orientar esse processo de contrarreforma nos países latino-americanos, no ano de 1989, realizou-se uma reunião em Washington “entre os organismos de financiamento internacional (FMI, BIRD, Banco Mundial, funcionários do governo americano e economistas e governantes latino-americanos), para avaliar reformas econômicas da América Latina, tal qual ficou conhecido como Consenso de Washington” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

É a partir da década de 1990, que o Brasil incorpora o projeto funcional aos interesses burgueses - neoliberalismo - que promete impulsionar a estrutura

econômica no âmbito mundial, no afã de atender às requisições dos organismos internacionais.

> Nos países do capitalismo periférico a restruturação produtiva, a financeirização do capital e as mudanças no papel do Estado como estratégias neoliberais de amortecimento dos efeitos da crise, ocorreram em níveis, formas ritmos e épocas diferentes, de acordo com as características de cada país. Mas, em todos eles, em decorrência de suas dívidas externas essas estratégias de ajustes neoliberais desenvolveram-se sob o comando dos países do capitalismo avançado, e, em geral, com a mediação do Fundo Monetário Internacional-FMI, do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento-BIRD e do Banco Interamericano para o Desenvolvimento-BID (SILVA, 2011, p.25).

Se em países considerados potências econômicas os efeitos desse processo são desastrosos para os trabalhadores, imaginemos em países de economia periférica como o Brasil, com altos índices de desigualdade social. Há um desmantelamento no âmbito dos direitos sociais superior ao operado nos países centrais, sobretudo, porque a conquista destes no Brasil é tardia.

Nesse contexto, as políticas públicas e sociais brasileiras se encontram nas mãos dos organismos internacionais, logo, sobre o comando da política econômica macro, o que se configura como uma ameaça aos direitos sociais pertencentes à classe trabalhadora, pois, a promoção destes se encontra condicionada à economia mundial e à ampliação da última, requer a mercantilização dos direitos dos trabalhadores, inclusive aqueles relativos à educação, o que problematizaremos a seguir.

A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA: explosão do setor privado

O desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil incidiu no crescimento e/ou alargamento da política de educação superior. A educação passou a ser uma requisição do próprio capital com o intuito de obter mão de obra qualificada, bem como para disseminar a ideia de uma burguesia comprometida com a democratização do ensino superior (LIMA; PEREIRA, 2009).

Em um cenário, marcado pelas reivindicações dos setores subalternizados pela socialização do conhecimento vai se constatar que o capital se apropria desta bandeira de luta, não na perspectiva de democratizar o ensino e possibilitar o acesso à classe trabalhadora, mas porque vê na educação um ponto de partida para ampliar o processo de acumulação capitalista. Para o capital, o conhecimento pode qualificar a mercadoria mais valiosa do modo de produção capitalista, isto é, a força de trabalho.

De acordo com Fernandes (1975), diversas frações da burguesia reivindicavam a “modernização” do ensino superior para atender aos requisitos do capital. Na década de 60, trava-se o debate em torno da área educacional, momento em que a reforma universitária entrou na pauta política como uma importante “reforma de base” ou reforma de estrutura, reivindicada pelos movimentos sociais, em especial pelo movimento estudantil.

Diante deste embate acerca do acesso à educação, a burguesia assumiu a tarefa de reformar o ensino superior, que por sua vez, é denominado por Fernandes (1975) como “reforma universitária consentida”. Segundo Kowalski (2012, p. 49) “A contrarreforma universitária entrou na agenda política em 1968, através da aprovação da Lei nº 5.540/68, denominada Lei da Reforma Universitária”. A fração burguesa ao desenvolver tal processo de ampliação do acesso e modernização da educação, desenvolvia também o crescimento da esfera econômica, numa conjuntura marcada pelo chamado “milagre econômico”.

A expansão do acesso pela via privada, apesar de atender em primazia aos interesses próprios do capital, para muitos respondeu minimamente às lutas da classe trabalhadora pela socialização da riqueza intelectual construída socialmente. Logo, efetuou-se um processo de contrarreforma de maneira velada, já que tais propostas não corresponderam às aspirações da sociedade.

A partir da década de 1990, a antirreforma da educação como designa Fernandes (1989) adquire um novo sentido, no passo que torna a educação uma mercadoria, seja através do alargamento do setor privado na oferta de serviços educacionais, seja por meio da privatização das IES públicas.

Nesse contexto, a oferta dos direitos relativos à educação, dispostos nos artigos 205 a 214 instituídos na Constituição Federal de 1988, se vê ameaçada em

razão da adoção do regime neoliberal sob a égide do governo Collor (1990-1992), que por sua vez governou o país por apenas dois anos, em decorrência de um processo de impeachment, já que o mesmo cometeu vários crimes de corrupção.

Em 1991 o Presidente Collor inaugura um conjunto de ações voltadas para a redefinição da educação (LIMA, 2007), tais medidas após seu impeachment foram conservadas pelo sucessor Itamar Franco que deu continuidade ao processo de modernização da política educacional a partir de um conjunto de medidas e ações.

> A primeira ação do governo Collor foi a PEC Nº 56/91, intitulada "Abertura da Economia brasileira e Modernização da Universidade, esta propunha a destinação de um percentual fixo do orçamento geral da união para as universidades federais, para que estas assumissem o pagamento dos salários e das despesas de custeio; A segunda foi a PEC, com fins de transformar as universidades em uma organização especifica, retirando a condição de servidor público dos trabalhadores e trabalhadoras em educação. A desnacionalização de setores estratégicos do país indica a terceira ação. A quarta ação se expressa na proposta de extinção da CAPES e do INEP, além do estimulo para adequação da formação profissional ao mercado, centrada no ensino e desvinculada da pesquisa e da pós-graduação. A quinta ação se refere ao financiamento público da educação superior. O sexto aspecto, trata-se do favorecimento da expansão do ensino privado, o que gerou conflitos entre o governo supracitado e o CFE (LIMA, 2007, p. 131-132).

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso assume a presidência. No seu governo as universidades públicas, sofreram um intenso reordenamento interno, por meio da venda de "serviços educacionais" e da expansão do acesso à graduação (LIMA, 2007), sendo que a relação entre estes aparece concretizada na mercantilização da educação operada via um novo conjunto de medidas e/ou ações. De acordo com a autora, as principais ações do governo Cardoso na área da educação foram:

> O programa de governo Mãos à Obra Brasil que trata da modernização da educação e da ciência e tecnologia; Planejamento Político-Estratégico MEC, com fins de estimular às parcerias entre o setor público e o setor privado para financiamento, oferta e gestão da educação; Criação do Conselho Nacional de Educação – Lei 9.131/95; Proposta de emenda constitucional nº 233-A, de 1995 que propõe acrescentar, ao final do artigo 207 da CF a expressão "na forma da lei; Criação do Exame Nacional de cursos de Graduação ENC- Lei nº 9.131/95 funciona como sistema de avaliação dos cursos, subsidiando ranking da IES; Lei n°9.257/96- criação do conselho Nacional de Ciência e Tecnologia , estabelece co-financiamento público e privado para a política de CeT, estimulando a parceria das universidades públicas e centros de pesquisa com o setor privado (LIMA, 2007, p.141).

Diante deste cenário, podemos afirmar que a universidade brasileira estava e está imersa em uma densa crise, tal qual tem uma fiel relação com a busca do capital pela retomada das taxas de lucro a partir do desmonte de direitos, da reconfiguração da intervenção estatal e, das metamorfoses realizadas nas políticas sociais, sobretudo, na política educacional. Assim, a educação superior passa a ser vista como um amplo e lucrativo campo de exploração para os grandes empresários, estando o crescimento do acesso ao ensino superior intimamente relacionado à inserção do setor privado na oferta de serviços educacionais (PEREIRA, 2009).

O acesso ao ensino superior pela via privada pode ser observado desde os anos de 1960 e segue expandindo-se até os dias atuais. Em 1960, 40% das matrículas estavam concentradas em IES privadas, em 1995 chegou a representar 65% e no final do governo Cardoso o número de matrículas no setor privado atingiu 70%, chegando a 75% durante o governo Lula (CISLAGHI, 2011).

Lima e Pereira (2009), afirmam que o crescente processo de expansão do acesso ao ensino superior nos marcos do regime neoliberal se dá via dois mecanismos básicos: a explosão do setor privado e a privatização interna das IES públicas. De acordo com o Censo da educação superior (2002, *apud* Lima; Pereira, 2009), no final do governo Cardoso o ingresso em instituições públicas somavam 320.354, enquanto nas IES privadas somava 1.090.854 ingressos.

O processo de contrarreforma universitária operacionalizado de forma efetiva nos governos citados anteriormente, teve seu aprofundamento em meados do segundo governo do presidente Lula, tal qual demonstrou, através da implementação de um conjunto de medidas provisórias, projetos de lei, leis e decretos, que a reconfiguração do ensino superior era de fato uma de suas pautas de ação política (LIMA; PEREIRA, 2009). Dentre as ações do governo Lula frente à educação brasileira estão:

> [...] a formação do GT Interministerial que elaborou o documento Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira em 2003; a MP 147/03 que institui o SINAPES; a instalação em 2004 do Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior; a promulgação da Lei nº 10.861/2004, instituindo o SINAES; a

> divulgação do Decreto Presidencial 5.205/2004 que regulamenta as parcerias entre universidades federais e as fundações de direito privado; a instituição do ProUni, através da MP n. 213 de 10 de setembro de 2004; o PL 3627/2004. A divulgação da Lei de Inovação Tecnológica (10.973/04); a reformulação da educação profissional e tecnológica em curso; as alterações na carreira docente e na política salarial das IFES; a Lei de Parceria Público-Privada n° 11.079; vários projetos de leis de reforma da educação superior e o encaminhamento ao Congresso Nacional do PL 7.200/06; a criação da UAB em 2006; a criação do REUNI e as portarias Interministeriais (LIMA; PEREIRA, 2009, p.37).

Conforme Lima e Pereira (2009), uma análise apurada das ações políticas constitutivas da contrarreforma universitária desenvolvida no governo Lula indica quatro aspectos básicos, sendo o primeiro deles o fortalecimento do empresariamento da educação superior, que se materializa através do Decreto que legitima as parcerias entre as universidades federais e as instituições privadas, na Lei de Inovação Tecnológica que possibilita a atuação de docentes nas empresas privadas e na ação destas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, bem como através do crescimento abrupto das IES privadas.

O segundo aspecto, trata-se da implementação de parcerias públicas/privadas (PPP's) no âmbito da educação superior, que por sua vez, são firmadas via PROUNI, já que assegura isenção fiscal para o setor privado em troca da oferta de vagas públicas nas IES particulares, evidenciando a mercantilização da educação. A expressão concreta das PPP's se apresenta na Lei de Incentivo Fiscal à pesquisa, divulgada pela CAPES no ano de 2007.

Para o Estado é muito mais vantajoso estabelecer parcerias com o setor privado para promover o acesso dos estudantes às IES privadas, ao invés de construir novas universidades públicas, pois, o dispêndio em termos financeiros é bem superior ao investido nas IES privadas (LIMA; PEREIRA, 2009).

O terceiro aspecto, ainda conforme as autoras supramencionadas, está impresso na efetivação de contratos de gestão, operacionalizados por meio do Programa REUNI, que prima pelo aumento de egressos na graduação nas universidades federais, bem como pelo aumento de estudantes por professor no ambiente acadêmico. O REUNI além de diversificar os modelos de ensino, por meio da maleabilidade dos currículos, da inauguração da educação à distância e da criação

de cursos de curta duração, precariza o trabalho docente e transforma as universidades em escolões de “terceiro grau” (LIMA; PEREIRA, 2009).

É notório que o programa REUNI não está de fato preocupado com a qualidade da formação, pois, propõe uma formação profissional aligeirada e não presencial, além da superexploração do docente, tendo em vista, a sobrecarga de alunos e atividades, resultando na dissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão no âmbito universitário.

O quarto aspecto, trata da garantia da coesão social no que concerne às reformas estruturais realizadas pelo governo Lula em conformidade com as políticas dos organismos internacionais do capital. Aqui a educação exerce um papel fundamental na formação de profissionais disseminadores da ideologia burguesa, constituindo uma massa acrítica na sociedade que corrobora para a manutenção da ordem social capitalista (LIMA; PEREIRA, 2009).

Neste sentido, é atribuído à educação superior o papel de formar profissionais para atuar na sociedade, isto é, tais profissionais devem formar-se na universidade tardia do capital ou “universidade operacional” como analisa Chauí (2003), que propicia um processo formativo esvaziado, anulando a possibilidade de crítica à ordem vigente. Assim, o ensino superior é reconfigurado no contexto de crise do sistema capitalista, passando a constituir um espaço de mercantilização, atendendo às próprias necessidades do capital, tendo em vista a formação profissional de intelectuais acríticos e, portanto, colaboradores da ordem social vigente.

Dados do Censo da Educação Superior (2007, *apud* PEREIRA, 2009, p. 271) afirmam que:

> A presença do setor privado na educação superior mantém-se predominante: o Censo da Educação Superior de 2007 informa a existência de 2.281 IES, sendo 89% de natureza privada. Há uma predominância, quanto à organização acadêmica, de instituições não universitárias, isto é, instituições que não precisam realizar pesquisa, somente transferir conhecimento: 86,7% das IES encontram-se registradas como faculdades, enquanto as universidades e centros universitários respondem por 8% e 5,3%. Cabe salientar que os centros universitários também não são obrigados à realização de pesquisa, o que faz as IES não universitárias representarem mais de 90% do total das IES existentes no país.

Fica evidente que a expansão do acesso ao ensino de nível superior emerge na perspectiva de atender ao mercado quando analisamos os dados referentes à expansão do acesso pela via pública e privada, demonstrando que, até 2008, cerca de 75% das matrículas foram realizadas em IES privadas.

Para as autoras, a expansão do acesso à educação superior via instituições privadas, em primeiro lugar consiste em um acesso via diversificação das instituições de ensino superior, mais precisamente através de IES não universitárias pertencentes à esfera privada que não precisam efetivar políticas de pesquisa e extensão, posto que, somente as universidades são categorizadas enquanto instituições em que há a indissociabilidade do tripé universitário.

Fica perceptível que o processo de graduação nas IES não universitárias se apresenta de forma limitada ao ensino, o que compromete o processo de formação profissional, já que o ensino por si só não possibilita uma formação crítica e de qualidade.

Em segundo lugar, e ainda sob a ótica das autoras citadas anteriormente, a referida expansão do acesso ao ensino superior encontra-se direcionada primordialmente aos cursos de curta duração, ou seja, cursos sequenciais e à distância, firmando o processo de aligeiramento da formação, bem como de certificação em ampla escala.

O censo da Educação Superior (2007 apud PEREIRA, 2009, p. 271) demonstra que é clara a preferência do setor privado por atividades menos custosas, logo, mais lucrativas, “[...] o maior número de faculdades (92,5%) e de centros universitários (96,7%) está vinculado ao setor privado, enquanto as universidades estão distribuídas em proporção aproximada entre o setor público e o privado, 52,5% e 47,5%, respectivamente”.

Obviamente, é muito mais interessante para o capital investir na oferta de cursos na modalidade à distância e de curta duração, por se tratar de um ensino, que não demanda tanto investimento, uma vez que se realiza via computador, geralmente com encontros semanais, quinzenais ou mensais no polo de apoio com a presença de um/a tutor/a – nem sempre graduado/a na área específica – com um salário bastante defasado.

> Prioriza-se a formação que atenda as orientações do Banco Mundial, sendo que democratizar passa a ser sinônimo de uma inserção, ainda que precarizada, em instituições de ensino, seja pública ou privada, daí ser a expansão de vagas a meta cobrada pelos organismos financiadores (GUERRA, 2010, p. 724).

Por fim, a educação superior ao se voltar, agora mais do que nunca, a ampliação da lucratividade do capital, tem sua funcionalidade social desconfigurada e sua qualidade posta em xeque, compreendendo sua condição mercantilizada com respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tal qual estabelece em seu artigo 7, que o ensino é livre à iniciativa privada, podendo ser ofertado na modalidade à distância para educação básica de jovens e adultos, educação profissional de nível médio e educação superior (CFESS, 2015), o que coloca uma série de desafios à formação profissional de um modo geral.

3 CONCLUSÃO

A partir das ponderações apresentadas neste trabalho, podemos identificar que os reflexos macroestruturais, emergidos a partir da década de 1970, afetam significativamente a política de educação superior cuja maior expressão é o processo de contrarreforma, tal qual vem se delineando desde o governo Collor/Itamar até os dias atuais.

Podemos inferir que as principais medidas adotadas durante o processo de contrarreforma da educação direcionam-se para a privatização das IES públicas, a abertura de IES privadas e o surgimento das IES à distância. Em suma, direcionam-se à mercantilização do ensino superior, utilizando como argumento a democratização do acesso aos cursos superiores.

Nota-se que a educação superior passa a constituir um dos principais nichos de valorização e reprodução do capital, pois, além de fomentar a ampliação da lucratividade dos grandes empresários da educação, certifica uma massa de profissionais acríticos e, consequentemente, funcionais à sua reprodução.

Por fim, as transformações societárias emergidas a partir da crise do capital de 1970, longe de constituir um mero pano de fundo ao processo de contrarreforma da

educação superior, está intimamente vinculada a reconfiguração da educação, isto é, o projeto de contrarreforma do Estado – iniciado a partir da década de 1990 – traduz a contrarreforma do ensino superior, sob a orientação dos organismos financeiros internacionais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L.C. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.2.ed. São Paulo:Boitempo, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti.Expressões políticas da crise e as novas configurações do estado e da sociedade civil no contexto da crise do capital. In: CFESS, ABEPSS. (Org). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. P.69-86.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social**. Brasília: CFESS, v. 1, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2021.

CHAUI, Marilena. A Universidade Pública sob nova Perspectiva. In: **Revista brasileira de educação**. Minas Gerais, n. 24, p. 5-15, Out /Nov /Dez. 2003.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior. In: **Revista Serviço Social e sociedade.** São Paulo, n. 105, p. 241-266, abr./jun. 2011.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e sociedade.** São Paulo, n.104, p. 715-736, out./dez. 2010.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des) caminhos da política de assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. 180 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

LIMA, Kátia. Contrareforma da educação superior e formação profissional em Serviço Social. In: **Temporalis.** N° 15, Ano VIII. Brasília: ABEPSS, 2008.

_____. **Contra-reforma na educação superior:** de FHC a Lula. São Paulo: xamã, 2007.

_____. PEREIRA, Larissa D. Contra-reforma na Educação Superior brasileira: Impactos na formação profissional em Serviço Social. In: **Revista Sociedade em debate**. Pelotas, n.15, p. 31-50, jan/jun. 2009.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia política:** Uma introdução crítica. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do Ensino Superior, educação a Distância e Serviço Social. **Revista Katál.** Florianópolis, v. 12, n.2, p.268-277, jul/dez.2009.

ROCHA, Islânia Lima da. Privatização do ensino superior no Brasil: Impactos no Serviço Social. **VII jornada Internacional políticas públicas,** Maranhão, 2015.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **(Des) estruturação do trabalho e condições para a universalização da previdência social no Brasil**. 2011. 359 f. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília – UNB. Brasília – DF. 2011. Disponível em: <http://pct.capes.gov.br/teses/2011/53001010035P1/TES.PDF>. Acesso em: 10 fev. 2017.